



2 • Público • Terça-feira, 16 de Abril de 2019

DESTAQUE

CARREIRAS

PCP avisa Marcelo que tem de defender os militares



Os militares têm manifestado o seu descontentamento face às intenções do Governo

No dia em que os deputados tentam acertar agulhas no Parlamento para devolver aos professores todo o tempo de serviço congelado, já se olha para as restantes carreiras especiais. Os comunistas desafiam Marcelo a interceder pelos militares, de quem é chefe supremo

Maria Lopes

O próximo capítulo da história da recuperação do tempo congelado aos funcionários públicos das carreiras especiais deverá ser uma espécie de *Professores – parte 2*. Entre outros instrumentos a que possa recorrer, o PCP e o Bloco admitem chamar o assunto ao Parlamento se e quando o Presidente da República promulgar o decreto-lei do Governo que adopte uma solução idêntica à dos docentes. Se e quando, porque no caso dos professores o Governo demorou alguns meses até fazer o diploma entrar em Belém – tendo esperado que o assunto fosse incluído numa norma do Orçamento do Estado que exigia a reabertura das negociações.

O princípio sobre a contabilização do tempo congelado às carreiras especiais tem de ser o de “se considerar todo o tempo de serviço e não haver apagão para qualquer profissão”, vinca o deputado do PCP Jorge Machado. Por isso, para as carreiras especiais, “terá de ser encontrada

uma solução equivalente à encontrada para os professores e haver processo de negociação sobre a forma como se repercute o tempo congelado” nas remunerações e progressões.

“E tem de ser igual para todos”, insiste, depois de considerar que se no caso dos docentes ainda houve conversas com os sindicatos, nas restantes carreiras há casos em que as negociações não existiram de todo.

Hoje, o processo de recuperação e contabilização do tempo de serviço congelados aos docentes chega ao plenário da Assembleia da República pela mão do PCP, Bloco e PSD, que pediram a apreciação parlamentar do decreto-lei do Governo – e também através de uma iniciativa legislativa de cidadãos que reuniu 21.768 subscritores. O Governo decidiu recuperar dois anos, nove meses e 18 dias de um total de nove anos, quatro meses e dois dias que o tempo de serviço daqueles funcionários públicos esteve congelado em dois momentos temporais.

O PCP e BE apresentaram propostas de alteração, incluindo um calen-

dário idêntico ao aplicado nos Açores e Madeira, e a intenção à esquerda do PS é que o processo de especialidade seja feito rapidamente. Porém, como o PS vota contra e o PSD e CDS defendem a contabilização do tempo total da carreira congelada mas remetem para negociações a serem conduzidas pelo Governo a partir de 2020, as pretensões do Bloco e do PCP deverão ficar pelo caminho.

Tanto o PSD como o CDS propõem que a contabilização deverá ter em conta “as condições económico-financeiras do país”. Mas há um ponto que aproxima os centristas da esquerda: querem que o tempo além dois anos, nove meses e 18 dias possa ser utilizado “para efeitos de aposentação” no caso dos docentes que se encontram nos últimos dois escalões da carreira (9.º e 10.º), dos quais a maioria já tem 60 ou mais anos.

Militares: PR dará luz verde?

O deputado comunista Jorge Machado lembra que o processo destas outras carreiras especiais inclui um pormenor importante: nelas estão

também os militares das Forças Armadas. “Há uma questão mais sensível que envolve também o Presidente da República, já que ele é o comandante supremo das Forças Armadas”, realça Jorge Machado, numa alusão ao facto de Marcelo ter dado luz verde aos dois anos, nove meses e 18 dias contabilizados pelo Governo para os professores.

Acrescenta que a solução que tem vindo a ser anunciada para estas carreiras “significa graves distorções nas progressões, nomeadamente com militares com menos tempo de serviço a ultrapassarem outros com mais tempo e mais experiência. Este cenário terá consequências na coesão das Forças Armadas.” O que leva o deputado do PCP a uma espécie de desafio ao chefe de Estado: “Estaremos particularmente atentos ao que fará o Presidente...”

Do lado do Bloco, a deputada Joana Mortágua salienta que não se conhece o teor do decreto do Governo e a sua expectativa é a de que no fim acabe por ser um diploma para cada carreira. “Há o princípio geral de que cada carreira deve ver reconhecido o tempo de serviço pelas

Carreiras especiais da função pública em que o tempo é o principal factor para se progredir



N.º de categorias*	Categorias em que a progressão depende do tempo	Tempo médio em cada, anos	Tempo de serviço que será recuperado
MAGISTRADOS JUDICIAIS (5)	Juiz desembargador	5	3 anos e seis meses
	Juiz de direito	3,6	2 anos, 6 meses e 8 dias
MAGISTRADOS DO MP (5)	Procurador-geral adjunto	5	3 anos e 6 meses
	Procurador adjunto	3,6	2 anos, 6 meses e 8 dias
OFICIAIS DA JUSTIÇA (8)	Todas dependem do tempo	3	2 anos 1 mês 6 dias
FORÇAS ARMADAS (3)	Oficiais	2 a 2,75	1 ano, 11 meses, 5 dias a 1 ano, 4 meses, 24 dias
	Sargentos	2 a 2,67	1 ano, 10 meses, 13 dias a 1 ano, 4 meses, 24 dias
	Praças	2 a 2,8	1 ano, 16 meses, 11 dias a 1 ano, 4 meses, 24 dias
GNR (3)	Oficiais	2 a 2,75	1 ano, 11 meses, 16 dias a 1 ano, 4 meses, 24 dias
	Sargentos	2 a 2,75	1 ano, 11 meses, 5 dias a 1 ano, 4 meses, 24 dias
	Guardas	2 a 2,86	1 ano, a 1 ano, 4 meses e 24 dias
PROFESSORES** (1)	10 é o n.º de escalões/índices remuneratórios	4	2 anos, 9 meses e 18 dias

* As carreiras na função pública podem ser unicategoriais ou pluricategoriais, consoante lhes correspondam uma ou mais categorias. Nas que têm várias categorias o desenvolvimento da carreira faz-se de forma horizontal (mudança de posição remuneratória) e de forma vertical por mudança de categoria. Um exemplo: no Ministério Público, a categoria de procurador adjunto, que é a de base, tem cinco posições remuneratórias diferentes que vão sendo ocupadas consoante o tempo de serviço acumulado.

** Nestas carreiras especiais os professores são os únicos que têm uma carreira unicategorial. Ou seja, a sua categoria é sempre a do professor. Por essa razão, a progressão na carreira docente é feita apenas por vida da mudança de escalão, 10 no total da carreira, sendo que cada um deles corresponde a uma posição remuneratória diferente.

66
Sempre que o Governo faça normas de recuperação de carreiras que correspondam a soluções encontradas em processos negociais com acordo de sindicatos, estaremos ao seu lado

Joana Mortágua
 Deputada do BE

suas próprias regras, sejam os polícias, os enfermeiros, os funcionários judiciais, os militares..." Por isso, o Bloco defende que o executivo "deve negociar sectorialmente a recuperação integral do tempo de serviço" e reconhece que "há sectores em que algumas negociações estão a acontecer".

A deputada salienta ser preciso "avaliar caso a caso. As carreiras são muito diferentes entre si e não sabemos como o executivo vai aplicar a fórmula que inventou." Ainda assim, diz Joana Mortágua que "o processo está obscuro" e o Bloco mantém o mesmo princípio que usou para os professores: o tempo tem de ser totalmente contabilizado e recuperado pelos trabalhadores.

"Sempre que o Governo faça normas de recuperação de carreiras que correspondam a soluções encontradas em processos negociais com acordo de sindicatos estaremos ao seu lado; sempre que o Governo tentar impor processos de recuperação contra a negociação colectiva e que não satisfaçam as várias carreiras, estaremos disponíveis para pedir a apreciação parlamentar."

O PÚBLICO questionou o PSD sobre se tencionava pedir a apreciação parlamentar de futuros decretos-lei acerca da contabilização do tempo de serviço congelado, mas não obteve resposta em tempo útil.

Pelo CDS, Filipe Anacoreta Correia disse que o partido irá esperar pela publicação do diploma para ponderar o que fazer, recordando que os centristas têm apresentado propostas sobre as várias carreiras aquando da discussão dos orçamentos. "Que o PS chumbou sempre", precisa o deputado, para acrescentar que, "esgotados todos os orçamentos da legislatura, é inevitável fazer uma leitura eleitoralista" deste anúncio do Governo de há duas semanas de que tencionava dar algum do tempo congelado.

Na altura, o deputado centrista João Rebelo, que acompanha a temática das forças armadas e de segurança, admitia recorrer chamar ao Parlamento do decreto do Governo se este incluisse soluções que "prejudicam os militares".

maria.lopez@publico.pt

Governo promete acelerar progressões mas desfecho não está nas suas mãos

Clara Viana

Mais de 70% dos professores que iriam progredir em 2020, apenas por via do descongelamento das carreiras, poderão antecipar a subida de escalão já para este ano. Estas são as contas a que chegou o Governo, mas que têm na base um pressuposto que ainda não está garantido: os professores aceitem o modelo aprovado pelo executivo a 4 de Abril, que permite às carreiras da defesa, da justiça e da administração interna recuperar uma parte do tempo de serviço congelado entre 2011 e 2017.

As previsões do Governo poderão ainda sair furadas pelo que vier a ser decidido pela Assembleia República, no âmbito da apreciação parlamentar do diploma de Março destinado aos docentes, que consagrou a recuperação de dois anos, nove meses e 18 dias dos nove anos, quatro meses e dois dias exigidos pelos professores.

Este processo, requerido por todos os partidos à excepção do PS, iniciou-se hoje para proceder a alterações e consagrar a recuperação integral do tempo congelado. Mas não é ainda claro em que moldes. Seja como for, a decisão que vier a ser tomada terá impactos nas outras carreiras.

Quanto ao diploma aprovado para as outras carreiras especiais, que o executivo decidiu também alargar aos professores caso estes o desejem, também não acolhe a contagem integral do tempo de serviço exigida pelos sindicatos e associações profissionais. Em vez disso, o Governo decidiu que vão receber 70% do tempo que demoram em média a subir de escalão e que difere consoante a carreira. Por exemplo, um juiz desembargador, que leva em média cinco anos para subir de escalão, receberá um bônus de tempo de três anos e seis meses. No caso dos professores, serão os dois anos, nove meses e quatro dias.

Este tempo será atribuído em três momentos diferentes: um terço em Junho de 2019, outro terço em Junho de 2020 e outro um ano depois. A outra alternativa é a de escolherem a solução do diploma de Março, se este sobreviver ao Parlamento. Estabelece-se aí que docentes recebem de uma só vez o tempo congelado, mas que tal só começará a ser aplicada nas progressões registadas a partir de 1 de Janeiro de 2019. O que torna praticamente inviável a existência este ano de progressões devidas à recuperação do tempo. E leva a que os cerca de 46 mil que progrediram em 2018 tenham de esperar quatro anos para beneficiar. Por essa razão, disse a secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, "poderão ter mais vantagens em escolher" o modelo aprovado para as outras carreiras.

Na prática, a solução do diploma de Março quase só terá vantagens para os cerca de 13 mil docentes que têm progressões garantidas em 2019, devido ao descongelamento das carreiras, e que por essa razão ficarão já a contar este ano com a totalidade dos dois anos, nove meses e 18 dias de tempo de serviço.

Os professores terão de comunicar até 31 de Maio que modelo escolhem. A Federação Nacional de Professores (Fenprof) já apelou a que o façam "sob protesto", entregando uma declaração onde frisem que não prescindem dos quase sete anos do tempo congelado que foram "apagados".

Caso o modelo a seguir seja o que foi aprovado para as outras carreiras, isto significa que os professores poderão ver contabilizados, já em Junho, 11 meses dos cerca de 33 meses que o Governo aceitou recuperar. Como o tempo de permanência em nove dos dez escalões da carreira é de quatro anos, os cerca de 23 mil que deveriam progredir em 2020 já estão em contagem final para alcançar este prazo. E, por isso, ao ser-lhes creditados em Junho mais 11 meses, cerca de 17 mil poderão

CARREIRAS

antecipar a progressão, indicou o secretário de Estado do Orçamento João Leal: "Quase todos os professores que iam progredir em 2020 passam a progredir em 2019."

A Fenprof já avisou que tal só será possível se o Governo definir "um regime excepcional" no que respeita às progressões, já que estas dependem também, "para além do tempo de serviço, de outros requisitos como a formação contínua, a avaliação de desempenho e, em alguns escalões, a observação de aulas e ou obtenção de vaga". A não existir um "regime excepcional, o impacto da antecipação para 2019 será pouco expressivo".

O Governo para já insiste que o número total de professores que poderá progredir em 2019 passará dos cerca de 13 mil inicialmente previstos devido ao descongelamento para perto de 30 mil. Este efeito multiplicador será comum a todas as carreiras em que as progressões dependem sobretudo da contagem do tempo de serviço. Para além dos professores, existem mais cinco: magistrados judiciais; magistrados do Ministério Público; oficiais de justiça; militares das Forças Armadas e militares da GNR. No conjunto destas carreiras especiais, as progressões vão duplicar este ano em relação ao que estava previsto, adiantou João Leal. Serão cerca de 60 mil os funcionários públicos que vão subir de escalão em 2019 de um universo que ronda os 160 mil, disse.

Dos cerca de 60 mil que vão progredir, metade serão professores, isto se optarem pela solução encontrada para as outras carreiras. E cerca de oito mil pertencem à GNR. O Governo não apresentou ainda números quanto ao impacto da contagem do tempo nas progressões esperadas para os magistrados, oficiais de justiça e militares.

Segundo o Governo, esta solução vai custar 40,3 milhões de euros em 2019, um valor que está "dentro da margem que é possível acomodar" no Orçamento do Estado, garantiu João Leal. A partir de 2021, altura em que será concluída a recuperação do tempo, o impacto anual desta medida passará a ser de 241 milhões. Parte significativa deste valor, à volta de 200 milhões de euros, diz respeito aos professores.

cviana@publico.pt

Militares, GNR e Polícia Marítima apelam a Marcelo Rebelo de Sousa

Nuno Ribeiro

Debate na AR é seguido com expectativa. Governo quer que outras carreiras sigam o mesmo modelo

As associações sócio-profissionais de militares, guardas da GNR e agentes da Polícia Marítima apelaram ontem à intervenção do Presidente da República. Reunidos em plenário na Casa do Alentejo, em Lisboa, a AOFA [Associação de Oficiais das Forças Armadas], as associações nacionais dos sargentos, da Guarda/GNR e sócio-profissional da Guarda Nacional Republicana, a associação de praças, bem como da Polícia Marítima, aprovaram uma moção na qual acusam o Governo do tratamento injusto, discriminatório e indigno que sofrem pela aprovação, a 4 de Abril, no Conselho de Ministros, de um decreto-lei cujo conteúdo, salientam, não lhes foi formalmente comunicado.

"Solicitam ao Presidente da República que intervenha na situação no sentido de repor a justiça promovendo o descongelamento integral do tempo para a progressão das carreiras", refere um dos pontos da moção. "Ainda não fomos ouvidos pela Presidência da República, o Presidente tem tempo para toda a gente, mas para os militares de quem é comandante supremo não tem tempo, nem agenda", lamentou ao PÚBLICO Lima Coelho da Associação Nacional dos Sargentos (ANS).

Em causa está, para os militares, guardas da GNR e agentes da Polícia Marítima, a proposta de recuperação de tempo perdido, cuja matriz é a aplicada aos professores, com o período de dez anos de ensino como baliza da progressão, quando, em sete anos, os militares transitam pelo menos duas posições. De acordo com a proposta governamental, a recuperação de tempo não se aplica se entre-



Militares, GNR e Polícia Marítima querem recuperar tempo de serviço

Carreiras regionalizadas desbloqueadas

Professores e enfermeiros tiveram a vida resolvida nos Açores e na Madeira em termos de recuperação do tempo de serviço. As restantes carreiras especiais da função pública, como os militares, os magistrados, oficiais de justiça ou juizes, por dependerem directamente do Estado, vão ter de esperar, mesmo nas regiões autónomas, por uma solução nacional.

Por via da autonomia política, Funchal e Ponta Delgada têm a Saúde e a Educação regionalizadas, o que permitiu negociarem com os sindicatos uma solução à medida para a recuperação do tempo de serviço que esteve congelado nos anos da troika.

Na Madeira, governada pelo PSD de Miguel Albuquerque, foi aprovado um diploma, em Outubro passado, que definiu os moldes para a recuperação total

do tempo de serviço, em sete anos. Nos Açores, o socialista Vasco Cordeiro acabou por adoptar um modelo idêntico ao da Madeira. Mas aqui a recuperação será mais rápida (seis anos), porque os professores açorianos já tinham recuperado parte do tempo de serviço congelado em 2008 e 2009. Também no caso dos enfermeiros, o Funchal agiu primeiro (em Março), e mais uma vez a solução é quase um decalque daquilo que têm sido as reivindicações. O processo será faseado — prolonga-se até 2021 — e arranca já em Maio, com o primeiro pagamento parcial. O processo será faseado e prolonga-se até 2021. Nos Açores, conforme o governo regional no início deste mês, o modelo será semelhante e, tal como na Madeira, vai abranger todos os enfermeiros.

Márcio Berenguer

Dia 10 de Maio será dia de manifestação nacional da função pública, anunciou ontem a coordenadora da Frente Comum, Ana Avóila. Os problemas na administração pública e os salários são as principais motivações para o protesto



tanto o militar passar à reserva ou à reforma, e apenas entra em vigor a partir de Janeiro deste ano e não a 1 de Janeiro de 2018 como noutros processos de descongelamento na administração pública.

No caso dos oficiais e sargentos das Forças Armadas, o tempo de recuperação seria entre um ano e quatro meses a um ano e 11 meses, já para as praças as balizas seriam de um ano, quatro meses e 24 dias a um ano, 11 meses e 16 dias. Já na GNR, segundo César Nogueira, presidente da Associação de Profissionais, o valor médio é de um ano e oito meses.

"O debate parlamentar que decorre amanhã [hoje] é muito importante para nós, porque o ministro da Defesa Nacional tem dito que o que for encontrado para os professores será aplicado às demais carreiras", destacou o dirigente da ANS. Tal como os sindicatos dos professores, as associações reunidas ontem querem a apreciação parlamentar do diploma que afecta os seus associados.

Nos contactos já feitos na Assembleia da República, os militares das Forças Armadas e GNR e os agentes da Polícia Marítima encontraram disponibilidade do PSD, PCP, Bloco de Esquerda e Verdes, e uma posição que definem como não clara do CDS-PP. Contudo, ainda não se reuniram com o PS, o partido do Governo. "Este foi um primeiro passo", comentou Lima Coelho, em referência à celebração do plenário.

Da reunião saiu, também, um apelo aos cidadãos para subscreverem a petição online "Justiça para os Militares, Profissionais da GNR e da Polícia Marítima" para a alteração no Parlamento do decreto-lei que os afecta. E, a nível imediato, a participação nas comemorações do 25 de Abril afirmando o seu descontentamento. Outros protestos são admitidos, entre os quais o recurso aos tribunais, pois as exhibições públicas de desagravo têm as limitações decorrentes da especificidade da sua condição militar.

nribeiro@publico.pt